



Ministério da Educação  
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM  
Minas Gerais – Brasil  
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas  
Reg.: 120.2.095–2011 – UFVJM  
ISSN: 2238-6424  
Nº. 02 – Ano I – 10/2012  
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

## **A Plurifuncionalidade e o Ordenamento Territorial nos Espaços Periurbanos, breves considerações**

Prof<sup>a</sup>. Dr. Anete Marília Pereira  
Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES  
E-mail: [anetemaria@gmail.com](mailto:anetemaria@gmail.com)

Carlos Henrique Silva Alves  
Pós-graduando em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional  
Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES  
E-mail: [henrikcsa@yahoo.com.br](mailto:henrikcsa@yahoo.com.br)

Dayane Sthepanie Maia Costa  
Pós-graduanda em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional  
Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES  
E-mail: [henrikcsa@yahoo.com.br](mailto:henrikcsa@yahoo.com.br)

**Resumo:** Este ensaio busca discutir a necessidade de ordenamento territorial no entorno das cidades, tendo em vista que, essas áreas adotaram funções urbanas de uso da terra num ambiente propriamente dito rural. O presente trabalho foi norteado por uma revisão teórica, baseada em obras de autores que abordam como temáticas de estudo, as relações rural/urbano, áreas periurbanas e ordenamento territorial. A expansão de atividades urbanas no entorno rural das cidades, especificamente nas áreas periurbanas; atentou para a necessidade de ordenar a expansão da cidade sobre um espaço de grande importância ambiental e cultural, uma vez que, ainda preserva costumes do campo e paisagens naturais.

**Palavras-chave:** Cidade. Campo. Ordenamento. Território. Espaço Periurbano.

## INTRODUÇÃO

A complexidade que envolve o estudo das temáticas rural e urbano encontra-se fundamentada no fim da dicotomia entre esses espaços, uma vez que, o meio rural adquiriu características que modificaram suas funções e as relações estabelecidas entre os habitantes do campo. Como atenta Wanderley (2001), o acesso a bens materiais e sociais, bem como, o modo de vida na cidade e no campo, já não podem ser considerados os únicos fatores a distinguir a realidade de ambos os espaços.

O processo de homogeneização socioespacial entre os meios rural e urbano, caracteriza-se pelo desenvolvimento de atividades não agrícolas e pela intensificação da pluriatividade no campo. A expansão de atividades de caráter propriamente urbano sob as áreas rurais remontam ao conceito de *Continuum* defendido por estudiosos que têm o meio rural como objeto de estudo; e que buscam compreender as transformações que ocorrem nesse espaço.

Contrariando a visão dicotômica entre campo e cidade como meios sociais distintos; a abordagem de *Continuum* reforça a ideia de integração entre dois pólos extremos, marcado por relações sociais e econômicas que aproximam um espaço do outro. Marques (2002, p.100) ao considerar o *Continuum* rural-urbano, compartilha do mesmo pensamento quando explica que a referida abordagem,

[...] afirma-se a tendência a uma maior integração entre cidade e campo. Com a modernização deste e a destruição de formas arcaicas. Admite-se diferenças de intensidade e não contraste entre estes dois espaços, em relação aos quais não haveria uma distribuição nítida, mas uma diversidade de níveis que vão desde a metrópole até o campo no outro extremo.

Corroborando com esse raciocínio, os espaços periurbanos entendidos como áreas com aspectos preteritamente rurais que assumiram uma lógica urbana de uso da terra; traduzem um exemplo claro do que representa o *Continuum* rural-urbano. Localizado no entorno das cidades, o espaço periurbano não se encontra incorporado aos limites das mesmas. Entretanto, a expansão urbana agregou a este espaço de aparência tipicamente rural, novas formas de ocupação que não estão restritas apenas ao desenvolvimento de atividades agrícolas.

Para Vale (2005, p.80), “as áreas periurbanas seriam, então, zonas de transição entre cidade e campo, onde se mesclam atividades rurais e urbanas na disputa”. Cria-se assim, um sistema territorial onde cidade e campo permanecem distintos em seus aspectos físicos, mas se tornam indefinidos em seu caráter social e econômico. Já não se pode considerar o mundo rural em sua totalidade como sinônimo de atraso, isolamento e pobreza.

O fim das barreiras entre cidade e campo mediante a facilidade de locomoção e a propagação dos meios de comunicação, fez com que às áreas rurais, sobretudo as periurbanas, atraíssem setores como indústria e serviços. Ao agregar atividades que até então eram específicas da cidade; a dispersão do urbano face aos espaços de caráter rural tende a se desenvolver de maneira extensa e desordenada, tornando-se um risco para o habitat natural que integra os espaços periurbanos.

Apesar de assumirem formas diferenciadas de uso e ocupação do solo, se comparado a outras áreas rurais; os espaços periurbanos integram um rico potencial natural composto por paisagens silvestres e mananciais responsáveis pelo armazenamento de água para consumo. Considerando os elementos que formam o espaço periurbano, este ensaio busca discutir a necessidade de ordenamento territorial no entorno das cidades, tendo em vista que, essas áreas adotaram funções urbanas de uso da terra num ambiente propriamente dito rural.

O presente trabalho foi norteado por uma revisão teórica, baseada em obras de autores como, Carneiro (2001) Graziano da Silva (1996), Marques (2005), Rossini (1986), Vale (2005), Veiga (2003), Wanderley (2000, 2001), e outros; que abordam como temática de estudo, as relações rural/urbano.

A princípio, a abordagem de *Continuum* abrirá a discussão, enfatizando a divergência desta, em relação à abordagem de Dicotomia; sem deixar de definir as temáticas, rural e urbano. Em seguida, o estudo em pauta se ocupará de entender os espaços periurbanos, no que diz respeito ao modo de vida e a plurifuncionalidade nestas áreas. Por fim, o ordenamento territorial será inserido no debate em questão,

como uma forma de organizar as relações sociais e econômicas, que se estabelecem nos espaços periurbanos em meio à expansão das cidades.

## **1. A ABORDAGEM DE CONTINUUM E AS RELAÇÕES RURAL/URBANO**

A dinâmica territorial que compreende as relações entre o rural e o urbano no mundo contemporâneo passou a ser caracterizada pela intensa articulação de ambos os espaços. O rural adquiriu uma nova configuração, marcada pela influência do urbano no modo de vida de seus agentes sociais e na funcionalidade dada a um espaço que até então, era usado exclusivamente para fins agrícolas.

Conforme salienta Veiga (2000, p.165), as relações entre esses espaços,

[...] mudaram radicalmente na segunda metade deste século. Mas não foram mudanças que reduziram o contraste entre ambos, como imaginaram grandes economistas do século passado. O que está ocorrendo hoje nos países do Primeiro Mundo é que o espaço rural tende a ser cada vez mais valorizado por tudo o que ele opõe ao artificialismo das cidades [...]

As paisagens naturais, o ar puro e a calma do campo, tornaram-se uma alternativa para aqueles que necessitam “fugir” do cotidiano estressante das cidades. Quando se trata de contrastes, percebe-se que os espaços rurais e urbanos se opõem no que se refere às suas características físicas. O primeiro compreende um espaço natural pouco modificado, de baixa densidade demográfica; enquanto o segundo diz respeito ao espaço artificializado por aglomerações de grande densidade demográfica.

Transmitindo uma ideia de oposição, as diferenças físicas entre os referidos espaços dão um aspecto dicotômico aos mesmos. Considerando esta abordagem, o campo seria então, um reflexo de atraso e pobreza em contraste com a cidade, vista como o espaço desenvolvido que superou o meio rural. Para entender a relação entre rural e urbano a partir desta visão, Graziano da Silva (1997, p.44) explica que,

A dicotomia urbano-rural procurava representar, portanto, as classes sociais que contribuíram para o aparecimento do capitalismo ou a ele se opunham na Europa do século XVII e não propriamente um corte

geográfico. É a partir daí que o “urbano” passou a ser identificado com o “novo”, com o “progresso” capitalista das fábricas; e os rurais - ou a “classe dos proprietários rurais”, com o “velho” (ou seja, a velha ordem social vigente) e com o “atraso” no sentido de que procuravam impedir o progresso das forças sociais [...]

Na medida em que as articulações sociais e econômicas entre o campo e a cidade se intensificam, a perspectiva dicotômica vai perdendo força. Surge uma nova concepção que defende a coexistência e aproximação de ambos os espaços: o chamado *Continuum* rural-urbano. Esta abordagem passa a representar o “renascimento do rural”; onde as diferenças entre “cidade” e “campo” tornam-se inúteis enquanto categorias, uma vez que, as contradições desses espaços são resultantes das relações entre sistemas de valores com interesses diferentes (CARNEIRO, 2001).

Os agentes sociais que atuam nesses dois pólos extremos são responsáveis por motivar e intermediar as relações que agregam valores específicos de um espaço no outro, concomitantemente. Usando como exemplo o campo, Rua (2001, p.35) afirma que,

Novas atividades e funções do rural (incluindo a função de residência – primeira ou segunda- para populações urbanas), além do importante papel da aposentadoria rural ou o trabalho a domicílio, por exemplo, marcam estas novas formas de integração rural-urbana com distinções cada vez mais difíceis de serem estabelecidas, entre essas duas espacialidades.

A marcante influência do urbano sobre o meio rural, tornou-se possível graças à expansão dos meios de transportes e comunicação, que facilitaram o acesso e despertaram o interesse daqueles que vivem no campo, um grande potencial de desenvolvimento. O meio rural deixa de ter a agricultura como principal atividade econômica a ser exercida, à medida que vão surgindo novas formas de uso e ocupação do solo. Trata-se da plurifuncionalidade do campo, motivada pelas tendências do urbano que se estabeleceram e se adaptaram ao modo de vida do homem no campo.

Nas palavras de Vale (2005, p.34), as novas funcionalidades agregadas ao meio rural por influência do urbano,

[...] nada mais são do que obra do capitalismo, que ao operar transformações entre a cidade e o campo, acaba por alterar as relações entre eles, de forma praticamente unilateral. Explicando melhor, com processo de urbanização, o que se pretende é uma relação em que o campo cada vez mais se submete às vontades da cidade.

Alguns autores, no âmbito dessa discussão defendem que o rural gradativamente vai cedendo seu espaço para a expansão urbana. Ianni (1996) considera a absorção do campo pela cidade, a partir do momento em que o modo de vida urbano motivado pelo capitalismo, recria o campo com novos significados. Essas relações, engendradas pela troca de experiências entre cidade e campo, são materializadas pelos agentes sociais que por sua vez, atribuem um dinamismo ao território sem desconsiderar a identidade local.

Wanderley (2001, p.34) afere que,

Se a vida local é o resultado do encontro entre o rural e o urbano, o desenvolvimento local, entendido como o processo de valorização do potencial econômico, social e cultural da sociedade local, não pode supor o fim do rural. Neste sentido, é importante precisar que o desenvolvimento local será tanto mais abrangente e eficaz quanto for capaz de incorporar e valorizar o potencial de forças sociais para o desenvolvimento presentes no meio rural local, isto é, incorporar o próprio desenvolvimento rural.

Em meio à integração cidade-campo, encontra-se o espaço periurbano. Situado no entorno das cidades, o espaço periurbano agregou ao seu cotidiano funções e modos de vida especificamente urbanos, que contrastam com uma aparência de caráter tipicamente rural. Vale (2005, p.65) expõe de maneira sucinta a complexidade para definir o referido espaço, uma vez que, o mesmo não pode ser considerado apenas como rural ou urbano propriamente dito. Para a autora supracitada,

Trata-se de um espaço localizado nas proximidades das cidades, mas que, por conta de ainda não ter sido incorporado ao perímetro urbano, não pode ser denominado de urbano. Sendo assim, poderíamos então considerá-lo como espaço rural? Não exatamente. Acontece que, mesmo sua paisagem sendo predominantemente rural, geralmente sua lógica é urbana. (VALE, 2005, p.65)

As diferentes formas de uso e ocupação do solo periurbano, como as residências, as indústrias, o comércio e o turismo; são determinantes para a construção social e

apropriação deste espaço como território. O entorno da cidade deixa de ser visto como sinônimo de isolamento e assume o dinamismo através dos fluxos e trocas com o centro urbano, influenciado pela facilidade de acesso.

Faz-se necessário ordenar a plurifuncionalidade do espaço periurbano, para que suas atividades sejam desenvolvidas sem comprometer os recursos naturais nele existentes. Para isso, é preciso considerar os fatores sociais, econômicos e culturais, que influenciam a expansão urbana nas áreas de transição com o meio rural; principalmente nos casos em que esta expansão se faz de maneira desordenada.

## **2. “TERRITORIOS” URBANOS E SEUS LIMITES INDEFINIDOS**

O surgimento de formas espaciais complexas é marcado pela indefinição dos limites que separam o urbano do rural. A configuração do espaço urbano, moldada a partir das ações cotidianas dos agentes sociais; é reflexo tanto do acelerado crescimento das cidades, como da especulação de uso do solo, que ao agregar valor a determinadas áreas, se fundamenta em lógicas capitalistas.

Como afirma Souza (2003, p.28), o espaço que compreende as cidades, se destaca como

[...] um local onde pessoas se organizam e interagem com base em interesses e valores os mais diversos, formando grupos de afinidade e de interesse, menos ou mais bem definidos territorialmente com base na identificação entre certos recursos cobiçados e o espaço, ou na base de identidades territoriais que os indivíduos buscam manter e preservar.

Essas relações estabelecidas entre os atores que integram e produzem o espaço urbano, são marcadas pelo dinamismo de áreas que mesmo fragmentadas, encontram-se articuladas entre si. As diferentes funções desenvolvidas por aqueles que habitam o espaço em questão, são responsáveis por incorporar a sua estrutura um caráter heterogêneo, que muitas vezes se apresenta de maneira desigual; motivo de conflitos entre classes.

Assim, as interações sociais se tornam importantes no processo de construção urbana, uma vez que, passam a se materializar através de formas espaciais concretas. Para Corrêa (1995, p.11),

A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infra-estrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade.

Como projeção das relações sociais no espaço, a lógica urbana não está restrita apenas ao que corresponde a cidade. Além das constantes transformações que fazem do urbano um cenário mutável; seus hábitos e costumes, até então usados para distinguir a cidade do campo, começaram a exercer grande influência no modo de vida dos habitantes das áreas rurais.

A presença urbana passa a interferir na dinâmica do território - não só fisicamente, mas cultural e economicamente – promovendo a integração dos sistemas produtivos através dos fluxos entre localidades com características socioespaciais distintas. Santos (1988, p.18) atribui esta uniformidade entre as diferentes espacialidades do território, “à especialização funcional das áreas e lugares, o que leva à intensificação do movimento e à possibilidade crescente de trocas.”

Dentre os processos que facilitaram a fluidez e a articulação socioeconômica num âmbito territorial, encontram-se a expansão das redes de transporte e a propagação dos meios de comunicação. Citando como exemplo a relação cidade/campo, pode-se dizer que os espaços com características preteritamente rurais, passaram a agregar no seu cotidiano, funções que não se enquadram à lógica rural de uso da terra; onde as atividades agrícolas e pecuárias, tendem a ser predominantes.

Esse contraste de atividades urbanas que se mesclam nos espaços rurais, ganha maior intensidade nos chamados espaços periurbanos, aqueles que compreendem o entorno das cidades. Soares (2003, p. 27-28) descreve detalhadamente a interação dessas duas realidades aparentemente distintas, quando explica que,

[...] na franja rural-urbana, muitas vezes a face visível do espaço (a paisagem) continua tendo um aspecto “rural”, às vezes até belamente bucólico – algumas plantações, muito verde, grandes espaços servindo de pastagem para algumas cabeças de gado -, quando, na verdade, por trás disso se verifica uma presença insidiosa e cada vez mais forte da “lógica” urbana de uso do solo. Grandes áreas servindo de pastagem para umas tantas cabeças de gado, por exemplo, nada mais são frequentemente, que uma “maquiagem” para glebas mantidas como reserva de valor por empreendedores urbanos; são, assim, terras de especulação, “em pousio social”, por assim dizer, e que serão convertidas, depois de muitos anos ou mesmo após algumas décadas, em loteamentos populares ou condomínios fechados de alto status, dependendo de sua localização.

O urbano passa a atuar então como gestor do território, uma vez que, exerce grande influência sob diferentes áreas; através dos costumes e valores difundidos pelas relações estabelecidas entre os agentes sociais. A seguir serão apresentadas algumas considerações sobre o espaço periurbano, como parte integrante de um território onde se desenvolvem modos distintos de ocupação; atentando para a necessidade de ordenamento das suas atividades, a fim de impedir a expansão desordenada das mesmas.

### **3. ESPAÇO PERIURBANO E ORDENAMENTO TERRITORIAL**

Inicialmente, o entorno da cidade poderia ser caracterizado apenas como um “espaço de habitat disperso onde predominam as paisagens naturais e os usos atribuídos às terras apropriadas, tradicionalmente à produção ou os espaços improdutivos” (Wanderley, 2000, p. 31). Com a expansão da rede viária e dos meios de comunicação, as relações entre campo e cidade foram estreitadas. As articulações entre os respectivos espaços se intensificaram, permitindo que os modos de vida e os costumes de um, pudessem coexistir no cotidiano do outro, mutuamente.

É agregada a alguns espaços rurais (principalmente aqueles mais próximos da cidade) uma lógica urbana de uso da terra. Somam-se a eles, funções que até então eram desempenhadas na cidade e que não estavam associadas à atividade agrícola. O acesso a bens materiais, antes privilégio dos moradores da cidade, torna-se também, direito daqueles que residem em seu entorno. Assim, os

chamados espaços periurbanos, são marcados pela indefinição, uma vez que, não se enquadram nem como rural, nem como urbano.

Para Saquet (2011, p.09)

A forma de vida urbana extrapola a cidade, historicamente, e o urbano e o rural interagem. O rural atinge o urbano e este, aquele, num processo de expansão urbana. O rural e o urbano interligam-se e, em muitas situações, confundem-se em virtude das inúmeras interações e complementaridades. E esta articulação territorial, de reciprocidade e totalidade, é central para a compreensão das relações urbano-rurais, pois há complementaridade nos processos territoriais e um movimento incessante que inclui e exclui simultaneamente, liga e desliga.

Os espaços periurbanos compreendem áreas complexas não apenas pela interação urbano-rural motivada por seus agentes sociais, mas principalmente por manter preservados os sistemas naturais que neles estão inseridos. Daí a necessidade de se pensar este espaço numa perspectiva voltada para o ordenamento territorial, levando em consideração as formas como as atividades desenvolvidas se instalam nesses ambientes.

O ordenamento do território se converte então, num importante instrumento capaz de organizar e regular as ações humanas que se materializam no espaço natural. Para isso, usa-se de estratégias e políticas públicas, que possam frear o desenvolvimento de atividades desestruturadas, a intervir negativamente sob a dinâmica do território. Sobre o papel do ordenamento territorial, Santos (2005, p.51) afere que

Ordenar o território exige, obrigatoriamente, considerar alternativas de usos possíveis e aceitáveis. Eleger os usos mais adequados exige, por outro lado, o conhecimento dos agentes públicos e privados que atuam em um dado território, de seus interesses e suas práticas de ocupação.

A franja rural-urbana, entendida até aqui como espaço periurbano, tem despertado o interesse dos cidadãos no que se refere ao uso e ocupação deste solo para atividades plurifuncionais. Funções como habitação, comércio, práticas turísticas, inserção de indústrias, e outras; mantém o espaço periurbano frequentemente articulado com a cidade. Assim, a plurifuncionalidade configura ao espaço

periurbano a diversificação não apenas das atividades desenvolvidas, mas também, do modo de vida de seus habitantes, cada vez mais próximo da realidade dos centros urbanos.

Shneider (2004, p.95) lembra que a diversificação das funções nos espaços que ainda resguardam o vínculo com o rural,

[...] não implica apenas ampliação das possibilidades de obtenção de ingressos, especialmente rendas (agrícolas, não-agrícolas, outras), mas representa, sobretudo, uma situação em que a reprodução social, econômica e cultural é garantida mediante a combinação de um repertório variado de ações, iniciativas, escolhas, enfim, estratégias.

A dispersão das atividades não-agrícolas nos espaços periurbanos, ao proporcionar melhores condições de vida a aqueles que usam e ocupam o referido espaço, deve estar em comunhão com a conservação e manutenção dos recursos naturais que o integram. Conforme aponta Rossini (1986, p.100), a relação homem/natureza “está intimamente ligada à divisão do trabalho no processo produtivo, o que leva à separação entre trabalho industrial, comercial e agrícola e tem, como elemento centralizador dessa intervenção, a cidade.”

Os sistemas urbanos, mesmo que indiretamente, tendem a interferir na dinâmica dos espaços rurais promovendo transformações que influenciam tanto positiva, como negativamente. No caso dos espaços periurbanos, a plurifuncionalidade se expande numa área completamente contrária ao artificialismo das cidades. A parte que compreende o entorno dos centros urbanos dispõe de paisagens naturais, com grande potencial hídrico, solos férteis que também servem de refúgio para a vida silvestre.

A função do ordenamento territorial nos espaços periurbanos, não estaria restrita em apenas organizar as atividades plurifuncionais nas áreas aparentemente rurais, mas acima de tudo, impedir que a expansão urbana desarticulada, acarrete na sua desqualificação ambiental. Dentre as estratégias de ordenamento do espaço periurbano, enquanto território onde se estabelecem relações sociais estão às

políticas públicas; que podem ser usadas para regular o uso do solo, sem prejudicar o desenvolvimento socioeconômico daqueles que residem neste espaço.

## **CONCLUSÃO**

A expansão urbana em espaços tipicamente rurais reforça a abordagem de *Continuum*, a qual valoriza a interação social, econômica e ambiental; entre realidades aparentemente distintas: o campo e a cidade. Nesta perspectiva, o espaço periurbano se caracteriza por sua singularidade e especificidade, não podendo ser considerado exclusivamente rural, ou urbano propriamente dito.

Situado no entorno das cidades, o espaço periurbano apresenta um rico potencial natural composto por paisagens silvestres, nascentes de rios, solos férteis, fauna e flora diversificada. A facilidade de acesso, bem como, a difusão dos meios de comunicação agregou valor ao uso do solo periurbano, que por sua vez, passou a desempenhar funções não vinculadas ao mundo rural.

O ordenamento territorial nas áreas periurbanas converte-se então, numa importante ferramenta capaz de fiscalizar o uso e a ocupação do solo, resguardando os potenciais naturais existentes e indicando alternativas sustentáveis para a plurifuncionalidade deste espaço. Dentre as alternativas, às políticas públicas se adotadas de maneira correta, ajudam a diminuir os problemas sociais e econômicos dos espaços periurbanos em sintonia com a preservação do meio ambiente.

### **THE MULTIFUNCTIONALITY AND THE ORDERING TERRITORIAL IN PERI-URBAN AREAS, BRIEFS CONSIDERATIONS**

**Abstract:** This study aims to discuss the need for land use planning around the cities, considering that these areas have functions urban land use in a rural environment itself. The present study was guided by a theoretical review, based on works of authors who discuss themes of study as the relationships rural / urban, peri-urban and land use planning. The expansion of urban activities in the rural surroundings of cities, particularly in peri-urban areas, showed the need to order the expansion of the city on an area of great environmental and cultural importance, because the field still preserve customs and natural landscapes."

**Key-words:** City. Field. Ordering. Territory. Space peri-urban.

## REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Maria José. Do rural e do urbano: uma nova terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da ruralidade. In: II Seminário sobre o Novo Rural Brasileiro, 2001, Campinas. **Anais...** Campinas, 2001. 16 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1995, 94 p.

GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. **Nova Americana**. Belo Horizonte, vol. 07, nº 01, p. 43-81. Maio. 1997.

IANNI, Octavio. O mundo agrário. In: IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. 342 p. p.43-63.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, ano 18, nº. 19, p. 95-112. Jul./Dez. 2002.

ROSSINI, Rosa. A produção do novo espaço rural: pressupostos gerais para a compreensão dos conflitos sociais no campo. In: Santos, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de. (Org.) **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986. p. 97-119.

RUA, João. Urbanidades e novas ruralidades no estado do Rio de Janeiro: algumas considerações teóricas. In: MARAFOM, Gláucio J. RIBEIRO, Marta F. (Org.). **Estudos de Geografia Fluminense**. Rio de Janeiro, 2001. p. 27-42.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos Teórico e metodológico da Geografia**. Hucitec: São Paulo, 1988.

SANTOS, Thereza Carvalho. Algumas considerações preliminares sobre o Ordenamento Territorial. In: BRASIL, Ministério da Integração Nacional. (Org.). **Para pensar uma política nacional de Ordenamento Territorial**. Brasília: MI, p. 49-54, 2005.

SAQUET, Marcos Aurélio. O desenvolvimento numa perspectiva territorial, multidimensional e democrática. **Resgate**, vol. 19, nº. 21, p. 5-15, Jan./Jun. 2011.

SHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, ano 06, nº. 11, p. 88-125, Jan./Jun. 2004.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

VALE, Ana Rute do. Expansão Urbana e plurifuncionalidade do espaço periurbano do município de Araraquara-SP. 2005. 215f. **Tese** (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista. Rio Claro. 2005.

VEIGA, José Eli. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: UFRGS, 2000. 197 p.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. In: UFRP. **Desenvolvimento e meio ambiente: a reconstrução da ruralidade e a relação sociedade/natureza**. Curitiba: UFPR, 2000, p. 29-38.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma. (Org.). **Una Nueva Ruralidad en América Latina?**. Buenos Aires: Asdi/Clacso, p. 89-112, 2001.